

DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CELSO FUTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR

DESAFÍOS DE LA PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA EN EL ASIEN TO CELSO FUTADO EN QUEDAS DEL IGUAÇU-PR

Emerson Ferreira da SILVA*
Julie Mathilda Semiguem PAVINATO**
Alvori AHLERT***

Resumo: No presente artigo, objetivou-se debater as falhas na implantação de uma experiência agroecológica no assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguazu-PR. Estudou-se 30 famílias assentadas em 2005 que apoiadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da ONG WWF começaram a produzir no sistema agroecológico. Conforme dados levantados na pesquisa, as dificuldades no manejo ocasionadas pela in experiência dos atores e pela falta de Assistência Técnica, aliadas ao insucesso comercial, sem preços competitivos devido a falta de planejamento e conhecimento do mercado, fizeram com que quase todas famílias abandonassem o sistema, restando apenas uma aderida a ele.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Agroecologia, Sustentabilidade, Planejamento.

Resumen: En el presente artículo, se objetivó debatir las fallas en la implantación de una experiencia agroecológica en el asentamiento Celso Furtado, en Caídas del Iguazú-PR. Se estudiaron 30 familias asentadas en 2005 que apoyadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y de la ONG WWF comenzaron a

Introdução

Atualmente a agroecologia é tema de diversas pesquisas que são publicadas em periódicos e anais de eventos de várias áreas do conhecimento, uma vez que se trata de um campo interdisciplinar. A maior parte dos trabalhos publicados sobre este tema, no entanto, relatam práticas bem-sucedidas, o que não corresponde necessariamente a totalidade das experiências agroecológicas. Embora não seja necessário promover um extenso debate sobre viabilidade da agroecologia, considerando que diversos autores com respeitáveis trajetórias acadêmicas já se debruçaram sobre o assunto mostrando as virtudes desta forma de agricultura, entendemos que analisar falhas no processo de

* Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: emerson.ferreira@ifpr.edu.br

** Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: julie_pavinato@hotmail.com

*** Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável na UNIOESTE. E-mail: alvoriahlert@yahoo.com.br.

producir en el sistema agroecológico. En el marco de la investigación, las dificultades en el manejo ocasionadas por la inexperiencia de los actores y por la falta de Asistencia Técnica, aliadas al fracaso comercial, sin precios competitivos debido a la falta de planificación y conocimiento del mercado, hicieron que casi todas las familias abandonaran el sistema, y no sólo una adherencia a él.

Palabras clave: Asentamientos Rurales; Agroecología; Sostenibilidad; Planificación.



implantação de projetos agroecológicos também é uma forma de promover o debate sobre esta modalidade de agricultura, contribuindo para seu aperfeiçoamento.

Neste sentido, este trabalho debate as falhas na implantação de uma experiência agroecológica a partir de um caso no assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu-PR. O grupo estudado, inicialmente composto por 30 famílias assentadas em 2005, começou a produção de alimentos orgânicos, mesmo com pouco conhecimento sobre essa forma de manejo.

O incentivo para a adesão ao sistema agroecológico se deu pela influência de membros da ONG WWF-Brasil, bem como pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O grupo de assentados que se propôs a trabalhar com a agroecologia ficou entusiasmado com a possibilidade de ganhos diferenciados que esses produtos poderiam atingir junto ao mercado. Todavia, eles não consideraram as dificuldades que a produção orgânica apresenta, sobretudo com relação à assistência técnica, manejo e comercialização.

Conforme dados levantados na pesquisa, as dificuldades no manejo aliadas ao insucesso quanto à comercialização com preços diferenciados, contrariando expectativas difundidas pelas instituições que os fomentavam, como o MST e a ONG WWF, foram os principais fatores de desmotivação desses

produtores, levando a maioria a abandonar a produção orgânica, sendo que hoje apenas uma família mantém essa modalidade de produção naquela comunidade.

A experiência analisada no Assentamento Celso Furtado constitui-se como uma forma de resistência e de reprodução social. Nesse sentido, ao criarem uma produção agroecológica, os assentados adotaram uma estratégia cada vez mais comum na agricultura camponesa: usar a agroecologia como meio de resistência à forma hostil com que o agronegócio impõe-se à agricultura familiar, que enfrenta o desafio de fazer uma agricultura alternativa, apenas com sua coragem, ousadia e desejo de produzir respeitando o meio ambiente a sua saúde e a dos consumidores, pois são desamparados por pesquisas científicas, assistência técnica específica e demais políticas públicas, como financiamentos.

A luta pela terra em Quedas do Iguaçu

Situada em uma região onde está um dos maiores latifúndios de terras contínuas do sul do Brasil, no qual a titularidade de grande parte dessas terras é questionada na justiça, Quedas do Iguaçu, há muitos anos é palco de conflitos agrários dos quais grande parte tem culminado em violência, resultando inclusive em vítimas fatais (sempre entre os camponeses). Como parte desses conflitos, em 1999 ocorreu uma grande ocupação na fazenda Rio das Cobras, cuja propriedade era atribuída à empresa Araupel (ROOS, 2010).

O acampamento reuniu cerca de duas mil famílias camponesas oriundas do município e de várias partes do estado do Paraná, colocando Quedas do Iguaçu no centro de uma grande disputa agrária. Durante as batalhas judiciais houve uma proposta de compra das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que fosse feito o assentamento de parte das famílias acampadas, mas ainda durante esta negociação a justiça concluiu que a titularidade das terras era nula, ou seja, a Araupel não era legalmente dona da área que ocupava, cabendo então ao INCRA fazer a desapropriação e destinação dessas terras para a reforma agrária. Mesmo com a nulidade da titulação das terras, foi decidido pela justiça que a Araupel teria direito a uma indenização pelas benfeitorias realizadas pela empresa. O valor desta indenização foi estipulado em 75 milhões de reais pelos cerca de 25 mil hectares desapropriados. Porém, nem toda essa área foi destinada para a reforma agrária, uma vez que a maior parte dessas terras é composta de reserva florestal compondo uma unidade de conservação (ROOS, 2010).

Em 2005, 1089 famílias foram assentadas em lotes de cerca de 12 hectares, constituindo um dos maiores assentamentos de reforma agrária do país, sendo batizado com nome do economista brasileiro Celso Furtado.

Durante o processo de distribuição dos lotes, grupos de 10 famílias debatiam em que região seriam assentadas, sendo feito sorteio quando não havia consenso. Após a escolha da região em que essas famílias receberiam a terra, havia outro processo de escolha, desta vez da localização dos lotes dentro da região que havia sido destinada para o grupo.

Três desses grupos estavam decididos a fazer o manejo agroecológico após a posse dos lotes. Em reunião com os acampados, foi proposto que essas 30 famílias ocupassem uma área comum para facilitar o trabalho e ao mesmo tempo ficassem isoladas das outras propriedades que iriam adotar o plantio convencional. A área escolhida era uma região que nunca havia sido cultivada, era coberta por mata, porém as madeiras com valor comercial já haviam sido retiradas pela empresa que até então controlava a área. Acreditava-se que pelo fato da terra não haver sido cultivada anteriormente, haveria menos dificuldades com o controle de plantas espontâneas, facilitando assim a prática agroecológica. A assembleia feita para a distribuição da terra concordou com a destinação dessa área para os três grupos que formaram uma comunidade que recebeu o nome de “Palmital”, devido à incidência de palmeiras naquela região.

A Agroecologia no MST

O sistema capitalista foi o motor de várias mudanças no mundo ocidental. A produção industrial forçou uma série de transformações que foram se estendendo para fora das fábricas, promovendo reestruturações nas ciências, na educação, na política etc. No Século XX essas mudanças chegaram de modo mais intenso na agricultura, que passou por uma transformação na maneira de produzir. O avanço da ciência abriu a possibilidade de inserção de novas tecnologias no campo de modo a expandir a produção, fazendo frente à crescente demanda de alimentos que o crescimento populacional e a urbanização demandavam.

Esses fatores tiveram seu ponto alto com o processo de modernização da agricultura, que ficou conhecido como revolução verde, e que, a partir da metade do século XX, inseriu a agricultura, de forma mais profunda no modo de produção capitalista. A base ideológica da Revolução verde se assentou no argumento de que esta seria a única maneira de se produzir alimentos para a população mundial. Muito embora já seja bastante debatido que o problema da fome é mais de distribuição do que de produção (LEFF, 2002).

O início dos anos 1960, no entanto, o sucesso da produção capitalista no campo, baseada na receita difundida pelas técnicas da revolução verde, foi colocado em xeque com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” (Silent Spring) de

Rachel Carson. Nesta obra, a autora faz uma série de denúncias sobre os efeitos deletérios do uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura. A autora mostra como o uso de agrotóxicos pode afetar a natureza, matando pássaros e insetos importantes para o equilíbrio ambiental, como as abelhas, além de provocar doenças graves, como o câncer.

Apesar das perseguições que sofreu, a obra de Carson inspirou diversos movimentos ambientais pelo mundo, propondo uma reflexão sobre o preço que é pago pela produção agrícola baseada no uso intensivo de produtos químicos.

Desde então, diversos movimentos passaram a propor novas formas de fazer agricultura, respeitando o meio ambiente e as pessoas. Em 1989 o engenheiro agrônomo chileno Miguel Altieri publicou o livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”. A agroecologia passou cada vez mais a protagonizar as formas alternativas de agricultura em relação à produção convencional. Além da publicação de Altieri, vários autores vêm produzindo conhecimento para a viabilização formas de produzir alimentos menos agressivas ao meio ambiente em relação à agricultura convencional, a maioria desses autores entendem a agroecologia de maneira muito próxima da definição de Leff, quando este autor defende que a agroecologia se refere a “um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.” (LEFF, 2002, p. 42).

Após as publicações de Altieri e outros autores, a agroecologia passa a ser debatida em vários setores da sociedade como ONGs, sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, etc. Um desses movimentos foi o MST, que a partir do final da década de 1990 passou a engrossar as fileiras dos defensores da agroecologia como alternativa de produção agrícola (BORGES, 2007).

Além da luta pela terra, o MST também debate formas de tornar esses assentamentos produtivos. Neste contexto, nas décadas de 1980 e 1990 o movimento orientou a criação de cooperativas de produção agropecuárias (CPA), onde o cultivo da terra era feito através de trabalho coletivo. As dificuldades de organizar o trabalho nessas cooperativas, principalmente por conta do contraste deste modelo com a cultura camponesa, levaram o movimento a repensar essa forma de organizar a produção nos assentamentos. Assim, em meados da década de 1990 o movimento passa a debater outra forma de organizar a produção, incentivando a partir de então a criação das cooperativas de prestação de serviço (CPS), que seriam instituições para facilitar a comercialização de produtos, dos assentados (compra de insumos e venda da produção). Esse modelo de cooperação também mostrou limites que, segundo Fabrini (2002), se relacionam com as deficiências no

movimento em trabalhar com a base dos associados despertando para a necessidade de conscientização desses trabalhadores quanto a necessidade de união entre esses sujeitos. No final da década de 1990, o MST passa a defender a agroecologia como forma de desenvolver a produção nos assentamentos por entender que dessa maneira estaria promovendo uma forma de produção mais próxima da cultura do camponês (BORGES, 2007).

Aspecto cultural do camponês

Dentro dos debates sobre o produtor rural no Brasil, o conceito de campesinato se insere em uma querela conceitual cujo esforço para se chegar a uma síntese, que congregue uma definição consensual é uma tarefa muito difícil de ser cumprida com resultados satisfatórios. Muitos autores advogam que o camponês é um ser anacrônico e fadado ao desaparecimento ao inserir-se na cadeia do agronegócio. Este trabalho, no entanto, alinha-se com reflexões que concebem o camponês como um sujeito que é forjado nas contradições do capitalismo no Brasil e que, portanto, se caracteriza não apenas como uma forma de produzir, mas, sobretudo pela resistência ao ambiente hostil que nosso país o relegou (MARTINS, 1981).

Além do aspecto de resistência, o campesinato no Brasil também criou um modo de vida distinto do campesinato europeu (MARTINS, 1981), com um trabalho sempre voltado para subsistência com a comercialização apenas de pequenos excedentes. (CANDIDO, 2010).

Assim, elementos que têm como foco a produção apenas para a obtenção de lucro são estranhos à cultura camponesa que se materializa, entre outras coisas, no apreço pela autonomia e liberdade. De acordo com Antonio Candido (2010), os camponeses, que ele chama de caipiras, constituem um grupo cultural formado a centenas de anos no interior do estado de São Paulo, parte dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. Esses sujeitos, vivendo praticamente isolados, construíram um modo de vida onde a liberdade e a autonomia eram elementos essenciais na definição deste grupo cultural (CANDIDO, 2010).

Em várias outras regiões do Brasil, termos distintos definiam os sujeitos com características semelhantes àquelas descritas por Antonio Candido, como os colonos no Sul, os sertanejos no Nordeste e os caiçaras no litoral (MARTINS, 1981).

Ao refletir sobre o modo de vida desses camponeses é possível entender melhor os motivos para o insucesso das CPAs nos assentamentos, pois o trabalho coletivo, mesmo que conseguisse gerar maior rendimento financeiro, não era atrativo para o camponês, uma vez que retirava dele a autonomia, pois as decisões

eram tomadas pelos líderes em assembleias onde quem tinha maior poder de argumentação acabava influenciando o grupo. Também as roças eram distantes, o que acabava separando o trabalho dos locais de moradia, o que também se manifestava como um contraste à cultura camponesa. Dessa forma, apesar de ter conseguido um pedaço de terra, os assentados não se sentiram donos, sendo que o trabalho coletivo fazia com que eles tivessem a sensação de haviam sido transformados em meros “funcionários” do MST, reproduzindo situação semelhante à condição anterior à conquista do lote (ROOS, 2010).

Planejamento para comercialização de orgânicos

A gestão é fundamental em todo empreendimento e, de acordo com Mintzberg (2010, p.16), “ela é importante para qualquer um que seja afetado por sua prática”. Dessa forma se pode compreender que a gestão afeta a todos, desde as indústrias maiores, quanto às pequenas organizações produtivas familiares. As decisões a cerca da produção e comercialização requer o entendimento do mercado em que se está inserido e suas características. Para cada mercado, o comportamento da oferta e da demanda tem suas singularidades, conforme cada produto, como tributação e regulamentação, necessidade de informação e tecnologia, entre outros (GREMAUD et al., 2006).

No contexto do planejamento para comercialização agrícola, Dias (1997) chama a atenção para as informações necessárias para a tomada de decisão sendo que essas, segundo o autor estão divididas em ações: 1) Antes da produção: como a época, quantidade, e custo de produção, aliados à tecnologia a ser implantada e aos destinatários da produção; e 2) Posteriores à produção: as relações com o mercado, logística, estratégia frente à concorrência atendimento ao cliente. Quanto mais informações se têm domínio no momento da tomada de decisão mais exitoso serão os processos desencadeados por elas. Ao estabelecer o produto com que se pretende trabalhar se faz necessário conhecer/identificar suas características essenciais, suas necessidades de recursos e principalmente a demanda e os mercados a quem se destina a produção em quantidade, qualidade, proximidade e distanciamento, sendo esses dados elementares para um planejamento adequado.

A fraca base de informações e a forma de gestão empírica do pequeno produtor são desafios que precisam ser driblados diante da competitividade do mercado. É sabido que os tempos de produção e sua relação com o produto são diferenciados, contudo o ingresso no mercado de forma definitiva e com resultados satisfatórios principalmente na comercialização requer um aprofundamento e prática nessa área. A dependência da extensão rural para gerenciamento e re-

passe de informações torna o pequeno produtor refém do sistema e o impede de exercer sua autonomia.

De acordo com Moacir Darolt (2015) o mercado de orgânicos é um dos que mais cresce no mundo comparando-se ao mercado de informática. Há dois milhões de produtores orgânicos no mundo sendo que 170 países possuem áreas certificadas como orgânicos e legislação própria para o setor; a maioria dos governos europeus tem interesse em ampliar a área de atuação entre 10% a 20% para orgânicos até 2020. No Brasil há mais de 30 tipos de produtos orgânicos, com destaque para o Paraná: na produção de soja, açúcar mascavo e hortaliças; São Paulo: suco de laranja, frutas secas e hortaliças; Minas Gerais: Café; Bahia: Cacau; Nordeste: castanha de caju, óleo de babaçu e dendê, frutas tropicais; Pará: óleo de palma, açaí; Amazonas: guaraná; Mato Grosso: carne bovina, soja; Rio Grande do Sul e Santa Catarina: arroz, vinho, frutas temperadas, hortigranjeiros. A produção orgânica que provém de grandes e médios produtores é exportada em sua maioria enquanto o abastecimento do mercado interno é feito por pequenos produtores familiares.

Em pesquisa realizada por Darolt (2012) nas capitais brasileiras o consumidor de orgânicos apresenta o seguinte perfil: Profissional liberal e/ou funcionário público; Consumidor fiel: a maior parte faz compras de orgânicos pelo menos 1 vez por semana, dando preferência para feiras; A maioria do sexo feminino; Casado com um ou dois filhos, em média (família pequena); Usuários de internet; Pessoas bem informadas com nível de instrução superior, na maioria; A maioria tem hábito de praticar esportes; Estilo de vida: contato com natureza. A maioria frequenta bosques, parques e áreas verdes; A maioria de classe média; Pessoas não são necessariamente vegetarianas. A maioria come carne, porém em quantidades menores; Pessoas que comumente fazem uso de terapias alternativas (fitoterapia, homeopatia, acupuntura). Idade média (31 a 50 anos); Os consumidores de orgânicos normalmente são pessoas conscientes, o que representa aproximadamente 5% da população.

De acordo com Darolt, (2015) cerca de 70% dos consumidores brasileiros compram orgânicos em supermercados; 41% complementam em lojas especializadas e 35% em feiras. Com base nessas informações a certificação representa um processo significativo para aqueles que desejam participar junto aos grandes distribuidores. Contudo a certificação é outro elemento complexo para o pequeno produtor que muitas vezes não percebe a necessidade de certificar sua produção, fato que realmente nos circuitos curtos de comercialização passa despercebido já que a proximidade entre produtor e consumidor se encarrega de assegurar a qualidade e fonte do produto; porém, na comercialização em circuitos longos o distanciamento entre quem planta e quem consome torna a certificação um elemento de destaque e favorável para a comercialização.

Quanto ao preço, os orgânicos ainda são mais caros, principalmente nos supermercados (circuito longo). Na venda direta (circuito curto), os preços costumam ser mais acessíveis com menor diferença de preço entre orgânicos e convencionais. Com base nesses dados produtores que queiram comercializar a preços mais atrativos terão de fazê-lo junto aos mercados varejistas, onde a produtividade, a quantidade de fornecimento e a forma de distribuição também requerem investimentos e planejamento. O que fica claro nos apontamentos de Darolt, “A prática da agricultura orgânica traz ensinamentos de povos tradicionais, mas requer ao mesmo tempo técnicas e conhecimentos modernos, pois muda o enfoque de produtos para o enfoque de processos” (DAROLT, 2012).

Um desses processos que precisa de atenção é o planejamento, ele representa uma antecipação do futuro um olhar atento sobre variáveis e situações que possam impactar o negócio ao longo do período. De modo que a coleta, registro e análise de informações bem como a constituição de um banco de dados sobre informações dos clientes potenciais, mercados, concorrentes, legislação, por exemplo, são altamente necessárias para o desenvolvimento do plano de ação. Embora para os pequenos produtores em que a cultura de vida e de trabalho é diferenciada das rotinas das organizações, onde há rigidez nos horários e nas quantidades produzidas, como também a padronização dos produtos; uma vez dispostos a se inserir nos mercados e assegurar a comercialização de sua produção saber e agir segundo as práticas do mercado se faz necessário, no sentido de conhecer em profundidade o cenário onde se esta relacionando ou se pretende relacionar.

Sendo também imperioso para o sucesso de um empreendimento conhecer as características e condições de quem pretende atuar no segmento, de modo que, co/reconhecer as características do agricultor familiar quando se trabalha com eles ou se pretende inseri-los num contexto diferente do seu parece fundamental, pois, como diz Lamarche (1993, p.16), “o trabalho familiar não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável”, e ainda reforça o pensamento que os objetivos da produção familiar orgânica são a produção de “valores de uso” e não “valores de troca”. Conforme salientam Churchill e Peter (2012), ao entregar um valor superior para os clientes, se pode contar com sua satisfação e prazer com a aquisição do produto, criando laços duradouros construindo um relacionamento de fidelidade e contentamento.

Planejar é essencialmente necessário seja nas rotinas diárias como no trabalho. Uma vez que atividades constituídas com fragilidades no planejamento ou inclusive na ausência dele, tendem a não apresentar êxito, pois na maioria dos casos elementos importantes como custos, mercados, preços e/ou demanda não são apropriados corretamente o que implica no insucesso de alguns empreendimentos.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho é uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva tendo como base a abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2002, p.42), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas por considerarmos, assim como Triviños, que esse tipo de entrevista “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Na fase de coleta de dados foram realizadas entrevistas com lideranças do assentamento e com 6 famílias assentadas que faziam parte das 30 que iniciaram a produção de alimentos orgânicos desde a criação do assentamento Celso Furtado. Das famílias entrevistadas, apenas uma ainda se mantinham como produtora de orgânicos, sendo que as outras 29 migraram para produção convencional, produzindo principalmente cereais e leite.

Os nomes dos entrevistados não foram divulgados, sendo denominados de A, B, C e D. Os dados foram coletados em setembro de 2017 em visita às propriedades.

Resultados e discussão

Apesar de dominar técnicas de produção, os camponeses têm uma dificuldade um pouco maior em se inserirem em espaços que demandem outras formas de racionalidade, como os mercados.

No caso do grupo analisado neste trabalho, a maneira como o projeto de manejo orgânico foi apresentado e efetivado junto aos assentados foi falha desde seu início, pois não levou em consideração a transição do modo camponês para a agroecologia. O camponês, como citado acima, possui em seu âmago princípios como a produção para o autoconsumo, baseado em sua força de produção, sua identidade que é integrada pela cultura, ligação com a terra e território, modo de vida e de se relacionar entre si, trabalho familiar, relações comunitárias, diversificação da produção e produção de alimentos para o autoconsumo e posteriormente para manutenção da propriedade.

Quando os representantes da ONG WWF incentivaram a produção de orgânico visando o lucro que esses assentados iriam obter com tal produção, negligenciaram os princípios básicos da agroecologia, como a diversificação da produção, voltada primeiramente para o autoconsumo das famílias e posteriormente para a comercialização junto ao mercado, a não criação de uma identidade agroecológica

junto a esses agricultores, fazendo com que os mesmos cultivassem baseados nas expectativas de ganho perante o mercado e não pela constituição de um sistema sustentável de produção que leva em consideração as necessidades do núcleo familiar e as possibilidades de cultivo. Há uma digressão entre plantar utilizando-se do sistema agroecológico para obter ganhos monetários e a própria agroecologia.

Incorreram também em outros erros como a falta de planejamento da produção, de um acompanhamento por técnicos de Assistência Técnica de Extensão Rural - ATER e por não possuírem meios de comercialização para estes produtos. É importante lembrar que esses agricultores rurais assentados precisavam de apoio de organizações governamentais e não governamentais para instituírem um plano de ação que contemplasse desde a implantação das famílias nos lotes, o correto manejo das culturas ali cultivadas, da criação de organizações, associações ou cooperativa que possibilitassem o escoamento da produção, entre outros.

Segundo Raul Ristow Krauser (2015), há cinco fases para construção de um plano agroecológico: a) a família deve aceitar fazer parte de um grupo de base, participar de atividades de formação e iniciar alguma prática agroecológica; b) a família deve se sensibilizar com relação à importância da agroecologia e a problemática ambiental e produtiva, iniciando um diagnóstico de suas práticas, alterando-as gradativamente para o sistema agroecológico; c) a família deve fazer a integração dos processos de intercâmbio, experimentação e promoção da agroecologia, reduzir substancialmente aplicação de produtos químicos e realizar a gestão da produção eficiente do sistema integrado composto por fertilização do solo, gestão da água, diversidade produtiva e viabilização da comercialização; d) a família deve ter elevado a consciência agroecológica e domínio conceitual da sustentabilidade, prezando pela diversificação elevada, integração e uso eficiente dos componentes da roça (solo, culturas, árvores, animais, sementes, entre outros); e) Na última fase o sistema agroecológico de produção se estabelece, garantindo qualidade de vida às famílias, comercializando produtos para o mercado local e entidades sociais e valorização dos recursos naturais.

Constatou-se através das entrevistas que houve uma aceitação por parte do grupo de agricultores rurais assentados em participar do sistema agroecológico, mas que as outras etapas elencadas por Krauser não se concretizaram. Os agricultores relataram que após as primeiras colheitas, houve muita decepção ao verificarem que os preços que receberiam pela produção orgânica seriam os mesmos que os produtos convencionais, ou até menores, pois, considerando que ainda estavam aprendendo a usar formas alternativas aos inseticidas e herbicidas para o controle de plantas espontâneas, insetos e doenças.

Outro fator desvalorizador dos produtos oriundos da produção agroecológica se deve ao fato de ter sido produzida em área de reforma agrária.

Contrariando estudos feitos por alguns autores (SAVI *et al.*, 2017), onde se verificou que a presença de um assentamento rural contribui para mudanças na estrutura física, espacial e social do município onde o mesmo se localiza, alterando a percepção de seus habitantes com o decorrer do processo de implantação em detrimento do crescimento econômico propiciado pelo mesmo e pela quebra do paradigma instaurado pela sociedade na marginalização/criminalização do assentado. Essa criminalização na maioria das vezes, esta relacionada ao uso do conflito como forma de pressionar os governantes a realizarem a reforma agrária. Em Quedas do Iguaçu, verifica-se que mesmo após doze anos da criação do assentamento, os moradores da área urbana possuem resistência com relação a tudo que se vincula ao MST, fruto de uma intensa campanha da imprensa local no sentido de criminalizar as ações do movimento, a exemplo do que ocorre em nível nacional.

Além disso,

Outro agravante na marginalização dos sem-terra são os enfoques dados a eles pelas mídias faladas e impressas, que trazem notícias que não demonstram a totalidade dos fatos, distorcem o significado dos acontecimentos, desinformando e criando situações muito delicadas, influenciando a opinião pública em favor dos latifundiários. (SAVI; CEZIMBRA; NEUKIRCHEN, *et al* (2017, n.p.)

As dificuldades de manejo também se constituíram como um fato complicador para a produção orgânica na comunidade Palmital. Como demonstrado na figura 1, o trabalho era praticamente todo manual sendo que o preparo da terra era feito com arado de tração animal, sendo insuficiente para vencer as dificuldades do terreno que ainda continha muitas raízes das árvores que haviam no local. Mesmos assim, a comercialização ainda aparece entre os entrevistados como o principal entrave para a produção orgânica conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1: As maiores dificuldades na produção de orgânicos

PROCESSOS DA PRODUÇÃO				
Entrevistado	Manejo	Comercialização	Assistência técnica	Financiamento
A	X	X		
B	X	X	X	
C	X	X		
D		X	X	
E		X		

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores, 2017.

Como demonstrado no quadro 01, com os dados obtidos a partir de entrevista com os assentados que deixaram de produzir orgânicos, todos os entrevistados apontaram a comercialização como uma das maiores dificuldades na produção de orgânicos, observa-se ainda que três entrevistados apontaram o manejo entre os principais problemas. Dois produtores citaram a falta de assistência técnica para a produção orgânica como uma das principais dificuldades e nenhum citou o financiamento.

Ao analisarmos as respostas dos entrevistados sobre as dificuldades quanto a produção de orgânicos, percebe-se a grande frequência de respostas apontando a comercialização como uma dificuldade para produção. É possível que isso se deva pelo fato desses produtores terem depositado muita esperança na comercialização com preços diferenciados, baseando-se apenas nas palavras dos técnicos e representantes da ONG que os acompanhava e que acenaram com a possibilidade de comercialização pelo dobro do preço dos produtos convencionais, como aparece na fala do entrevistado A: “o pessoal, os técnicos, falavam que iria ser assim: o dobro do preço”.

A princípio podemos atribuir essa falta de planejamento com relação ao mercado como negligência por parte desses agricultores. De fato, eles não possuíam experiência para fazerem um plano de negócios, mas também estavam vivendo um momento especial que era a conquista do lote após mais de seis anos de luta. Havia pessoas que estavam a quase vinte anos de acampamento em acampamento a espera de serem assentados. A empolgação com a propriedade, pela qual muito se havia esperado, fez com que esses sujeitos vencessem as dificuldades e enfrentassem o desafio de cultivar uma terra ainda coberta por uma densa vegetação, além dos tocos das árvores maiores que haviam sido retiradas pela empresa que antes controlava a área. A fala do entrevistado A resume os relatos feitos pelos demais entrevistados:

Quando chegamos aqui, não tinha estrada nada. Só mostraram o mapa pra nós onde ficava e viemo campando. Nem estrada ganhemo do INCRA, nada. Nós fomos jogados aqui e se quisesse estrada tivemos que pagar. Nós entremos com os orgânicos com uma vontade de trabalhar que meu deus do céu! No fim não deu nada!

Nesse trecho é possível reconhecer que no início dos trabalhos havia um clima de empolgação com relação às atividades nos lotes, que eram cultivados de forma coletiva, como no exemplo figura 01.

Figura 01. Trabalho coletivo na comunidade Palmital.



Fonte: Acervo pessoal de um dos agricultores assentados. 2006.

A empolgação logo deu lugar à decepção, pois os produtores orgânicos se viam diante de dificuldades de manejo que os demais assentados conseguiam contornar com muito mais facilidade fazendo uso de agrotóxicos, o que lhes proporcionava um resultado financeiro muito melhor, e com menos emprego de força de trabalho. Constata-se que o tipo de agricultura predominante no Brasil é um modelo onde não há lugar para os pequenos produtores, sobretudo para aqueles que se dispõem a produzirem sob os moldes de uma agricultura alternativa, conforme afirma Souza:

A pequena propriedade familiar, na realidade atual, convive com tecnologias inadequadas à sua demanda de trabalho, pois o que existe no mercado agroindustrial são tecnologias para as grandes monoculturas, encarecendo os custos de produção e, inclusive, inviabilizando a produção agrícola. (SOUZA, 2017. p. 121).

Diante da dificuldade de visualizar o problema sobre um ponto de vista mais amplo, o pequeno produtor muitas vezes se culpa pelo seu insucesso ignorando o fato de que ele está inserido em uma conjuntura social, construída a séculos, que converge para a produção em larga escala.

Considerações finais

Com a experiência analisada neste trabalho foi possível perceber que projetos agroecológicos não dependem apenas do trabalho dos agricultores. A agroecologia, conforme defende Leff (2002), é a conjugação do saber tradicional com o conhecimento técnico de modo a otimizar as possibilidades de uma produção ecologicamente correta ao mesmo tempo que seja economicamente justa.

Cabe ressaltar que, com relação às técnicas que são fundamentais para o êxito de projetos agroecológicos, é comum ser lembrado apenas daquelas relacionadas ao manejo. Mas para que haja sucesso em qualquer empreendimento é necessário que seja introduzido também técnicas de gestão de modo a avaliar custos e pesquisar mercados, por exemplo. Para Souza (2017, p. 136), por exemplo, “a agroecologia não se constrói apenas com vontade política ou deliberações para forjar espaços livres de agrotóxicos. Há necessidade de articulações com diversos setores da sociedade civil para garantir a construção da matriz Agroecológica”.

No caso da comunidade estudada neste trabalho, percebemos que a ansiedade por tornar a terra produtiva, após vários anos de espera pela mesma, pode ter sido um fator que tenha contribuído para que não fosse feita uma avaliação mais cuidadosa dos obstáculos que seriam enfrentados pela produção orgânica. Também o entusiasmo provocado pelas promessas feitas pela ONG, de venda de produtos com um preço diferenciado, acima do mercado, impediu que fosse verificado anteriormente se esta possibilidade poderia se concretizar. Cabe ressaltar que a confiança naqueles que são identificados como parceiros é um traço da cultura camponesa.

Com a decepção, provocada pelos baixos preços, bem como pelas dificuldades no manejo e de acesso a políticas públicas, a maioria dos camponeses entrevistados não manifestou desejo de voltar a produzir orgânicos, o que mostra como uma experiência mal planejada pode trazer resultados negativos a longo prazo.

Mesmo com o fim da produção orgânica com fins comerciais, nota-se que grande parte dos moradores da comunidade Palmital ainda pratica alguma forma de manejo alternativo sempre que podem. A maioria cultiva uma horta para o consumo da família onde não faz uso de produtos químicos, outros ainda usam alguma técnica de homeopatia no tratamento dos animais.

Referências bibliográficas

- ATIERI, M. A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. Ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- _____, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. In: *Revista NERA* – Ano 13, n.º. 16 – Janeiro/Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.ft.unesp.br/nera>>. Acesso em 15 de ago, 2017.
- BORGES, J. L. *A transição do MST para a agroecologia*. Universidade Estadual de Londrina. 166 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Londrina, 2007.
- BOZA, C. et al. A formação, a evolução e o fim da Brigada Orgânica do Assentamento Celso Furtado, PR. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, 2011.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CHURCHILL, G.A. & PETER, J. *Marketing: Criando Valor para o Cliente*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- DAROLT, M. *Guia do Consumidor Orgânico*. Como reconhecer, escolher e consumir alimentos saudáveis – Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2015.
- DAROLT, M. R. *Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012. 162p.
- DIAS, R. de L. *O papel da informação de mercado na comercialização de hortigranjeiros no Distrito Federal*. 1997, 106f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia Rural – Universidade Federal de Viçosa – MG, Viçosa, 1997.
- FABRINI, J. E. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro – Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. Presidente Prudente, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.
- _____, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 97-112, 2011.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- GREMAUD, A. P. et al.; org. PINHO D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de. *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GRZEBIELUCKAS, C.; SILVA, T. M. .Descontinuidade da Pecuária Orgânica em Tangará da Serra MT: Entraves e Barreiras. *Revista GeoPantanal*, v. 8, p. 131-144, 2013.
- INCRA. *INCRA nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária*. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 26 de set, 2017.
- KRAUSER, R. R. *A agroecologia e o plano camponês*. Candiota/RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2015.
- KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010. München: Organic Services/ Jundiá: Vitalfood, 2010. 38 p. In: Darolt, Moacir. *Guia do Consumidor Orgânico*. Como reconhecer, escolher e consumir alimentos saudáveis – Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2015.
- KOTLER, P; ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- _____, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993.

LAS CASAS, A. L. *Marketing: conceitos, exercícios, casos*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

PORTER, M. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROOS, D. *O aprendizado e a resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR*. 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2010.

SAVI, D.; CEZIMBRA, E. do N.; NEUKIRCHEN, L.; VILLALVA, M. R.; BIAZUS, M.; OTTAVIANO, S.; ZONIN, W. *Assentamento 16 de Maio: Uma Visão Interdisciplinar da Sustentabilidade*. Marechal Cândido Rondon, 2017. (Texto de circulação restrita).

SOUZA, A. L. *Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná*. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a Pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.